

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Política e a concepção de índio no Brasil**  
**(1967/1997)**



NATAL / RN  
2000.2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Política e a concepção de índio no Brasil**  
**(1967/1997)**



**JONAS COSTA DO NASCIMENTO**

Monografia apresentada ao Departamento de História, como exigência legal para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Soraya Geronazzo Araújo.

NATAL / RN  
2000

"Um índio descerá de uma estrela colorida brilhante...  
numa velocidade estonteante  
mais avançada que a mais avançada das tecnologias...  
depois de exterminada a última nação indígena..."

(Caetano Veloso)

## AGRADECIMENTOS

A minha esposa Selma Vieira, por entender e compreender, o quanto era importante este trabalho para mim.

Aos meus pais, que mesmo estando distante, sempre se preocuparam comigo.

A professora Francisca Aurinete Girão, pelo auxílio especial com que sempre me atendeu quando necessitei de suas orientações.

E, Finalmente o meu reconhecimento muito especial a professora Soraya Geronazzo minha orientadora, pelas correções, recomendações e observações, às quais me fizeram ver que com esforço e dedicação tudo é possível.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>CAPITULO 1 - O CONTEXTO EUROPEU NA EXPANSÃO MARÍTIMA.....</b>	<b>07</b>
1.1 - Os primeiros contatos com os índios.....	08
1.2 - O reconhecimento, uma das primeiras providências .....	09
1.3 - Os primórdios da colonização.....	09
1.4 - A colonização efetiva.....	10
1.5 - A produção açucareira e o índio .....	11
1.6 - A famigerada “guerra justa”.....	11
1.7 - As conseqüências da colonização.....	13
1.8 - A postura da Igreja frente a colonização .....	14
1.9 - A caça aos índios (entradas e bandeiras).....	15
1.10 - Os números da exterminação .....	16
1.11 - Confrontando a idéia de colonização.....	17
<b>CAPITULO 2 - A POLÍTICA INDIGENISTA RECENTE: O QUE FOI PUBLICADO PERTINENTE ÀS POPULAÇÕES INDÍGENAS.....</b>	<b>20</b>
2.1 - Conjuntura econômica e política dos anos 60 e 70, e a população indígena .....	21
2.2 - Os livros didáticos e sua visão sobre os índios.....	22
2.3 - Análise sintética do livro “Estudo de problemas brasileiros .....	23
2.4 - Sucintos comentários sobre o livro de Maria Januária Vilela Santos .....	26
2.5 - O movimento indigenista: reflexo de uma conjuntura.....	28
2.6 - A importância da Constituição de 1988 para os índios .....	29
2.7 - As organizações indígenas locais e regionais.....	30
<b>CAPITULO 3 - ANOS DE DEMOCRACIA: OS ÍNDIOS COMEÇAM A SEREM VISTOS POR UM NOVO PRIMA NOS LIVROS DIDÁTICOS.....</b>	<b>31</b>
3.1 - A conjuntura econômica e política da Nova República.....	31
3.2 - Era Collor e FHC... ..	32
3.3 - O projeto Calha Norte.....	33
3.4 - Os povos indígenas efetivamente começam a ganhar espaços nos livros e na mídia .....	35
<b>REFLEXÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

Com as comemorações dos 500 anos de “descoberta” do Brasil muito se falou sobre os índios brasileiros, e seus problemas estiveram em pauta novamente. Porém, o que observamos do governo federal foi mais uma tentativa de silenciar as nações indígenas, impedindo manifestação de repúdio aos 500 anos de descobrimento. Para esta comemoração foram gastos milhões de reais: primeiro na construção de uma caravela que até hoje não conseguiu navegar uma milha. Outra grande soma foi investida na construção de um “stand” no exterior (cidade de Hannover, Alemanha) para mostrar a imagem do país nestes 500 anos. Isto não condiz com a realidade do povo brasileiro. A mídia tem veiculado e massificado na consciência do povo brasileiro, os tempos de glórias e os feitos dos “descobridores” portugueses. Isto, sem levar em consideração a divulgação elaborada para o exterior. Reitero novamente, estes milhões que foram gastos em comemorações, que ao nosso ver, bem poderiam ter sido utilizados em outros objetivos mais nobres, como por exemplo, a demarcação das terras indígenas na própria Bahia, ou as terras indígenas na região amazônica. O governo poderia ter aproveitado os festejos do 500 anos de invasão e revertido em homenagem aos povos indígenas, legalizando suas terras, dando prioridade às questões indígenas que na concepção do povo brasileiro são problemas mais importantes do que estas comemorações.

Através de uma análise da conjuntura política pretendemos mostrar como ela poderá influenciar a sociedade, e como estas idéias se refletiram no pensamento, expressando a maneira pela qual esta sociedade passa a ver uma determinada minoria étnica, como também a produção dos livros didáticos que abordam esta mesma minoria, pois sabemos que por mais que desejamos, dificilmente seremos imunes às influências políticas e sociais do nosso tempo. Baseado nestes fatos recentes que causaram polêmica e ainda causam, é que chamamos a atenção para que o governo e a sociedade dêem importância a revisão da história abordada nos livros didáticos.

Pretendemos com este trabalho mostrar que um percentual dos livros didáticos produzidos e distribuídos aos estudantes do 1º e 2º estão impregnados ou influenciados de idéias preconcebidas quando abordavam temática indígena. Usando o índio como uma figura morta, e menosprezando os feitos e os heróis nativos, eles esvaziaram a questão indígena, deixando a entender que não mais existiam índios, ou se existem, estavam vivendo disperso pela região Amazônica ou Centro-Oeste.

Classificamos e organizamos de uma forma geral a política governamental durante este século, para melhor entendimento da questão indígena, desse modo, começamos com a política adotada pelo Marechal Rondon, durante o tempo em que esteve à frente

do Serviço de Proteção ao Índio, com esta política o Estado Brasileiro criava pela primeira vez uma legislação que reconhecia o direito dos povos indígenas de existirem como grupo, podendo manter suas tradições, mas sob a guarda do governo. Logo depois realizamos uma breve ~~análise~~ análise da FUNAI, sua proposta no momento da sua criação e o que ela está propondo na atualidade. Passamos pela criação do Estatuto do Índio em 1973 e chegamos até a Constituição de 1988. Através deste trabalho, percebemos que estas legislações situadas no contexto político e econômico poderá influenciar nas questões indígenas que irão aflorar e principalmente nos livros didáticos que são elaborados durante o regime militar.

Para melhor compreensão do tema dividimos o nosso trabalho em três capítulos, onde o primeiro estabelece as circunstâncias em que ocorreu a colonização, mostrando o quanto esta exploração foi prejudicial para as populações indígenas. Trabalhamos vários autores (cronistas quinhentista e pesquisadores do presente) na tentativa de apresentar suas visões sobre a colonização.

No segundo capítulo catalogamos algumas das principais políticas indigenista de iniciativa do Estado e às não-governamentais<sup>AM</sup>, neste século e de que maneira elas influenciaram a vida dos índios e a até que ponto induziu na formação da imagem do índio brasileiro num passado recente.

No terceiro capítulo, trataremos sobre a abertura política, a qual irá mostrar ao país, um povo indígena organizado em entidades e aliado a vários outros segmentos da sociedade. O resultado é a criação de uma nova abordagem nos livros didáticos, os quais buscam conscientizar os estudantes da importância<sup>d</sup> dos direitos indígenas, suas tradições e seus costumes e, inclusive incentivando uma revisão da história.

Para a bibliografia foram utilizados vários trabalhos de autores conhecedores da problemática indígena, como por exemplo, Aracy Lopes da Silva, Berta Ribeiro, Manuela Carneiro, dentre outros. Foram utilizados como fontes pesquisa, artigos publicados no Jornal O POVO, A FOLHA DA TARDE, dentre outros. A internet também auxiliou em muito este trabalho, pois foi nos sites da FUNAI, do CIMI, e outros mais, que muitas dúvidas foram retiradas.

## 1 - O CONTEXTO EUROPEU NA ÉPOCA DA EXPANSÃO MARÍTIMA

Por muito tempo considerou-se que o “descobrimento” do Brasil foi uma casualidade, devida principalmente ao desvio provocado por calmarias na rota para o Oriente. Contando com experientes navegadores, seria muito difícil não haver intenção por parte de Portugal. No entanto, atualmente, esta tese (da casualidade) está ultrapassada, e os historiadores defendem a hipótese da intencionalidade, pelo fato que Portugal precisava tomar posse das terras que lhe foram asseguradas pelo Tratado de Tordesilhas em 1494. Com isso, muito daquela idéia fantasiosa que cercava a *conquista*<sup>1</sup> do Brasil caiu por terra. Aquela idéia de que os índios receberam os europeus de braços abertos, fazendo festa para comemorar sua chegada foi posta de lado, pois a sociedade brasileira não mais a admite. Sabemos que a finalidade da grande expedição, organizada em Lisboa e que fez com que os portugueses aportassem no Brasil, era simplesmente mostrar ao mundo que as terras que estavam a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde lhes pertencia.

O início do mercantilismo e a crise do sistema feudal obrigou as nações européias a buscar novos mercados fornecedores de matéria-prima e consumidores para seus produtos, iniciando assim o chamado período das grandes navegações, expansões de impérios e “descobrimientos”. Neste quadro, os portugueses tomam a iniciativa, estabelecendo vários domínios no litoral africano e investindo grande parte de suas riquezas na busca de uma rota marítima para o Oriente.

A expansão marítima européia dos séculos XV e XVI foi uma consequência da necessidade de encontrar novos caminhos para o Oriente. Os portugueses foram pioneiros nas buscas por novos caminhos para as Índias, onde pretendiam encontrar novos fornecedores de especiarias. Tendo como marco inicial à conquista de Ceuta (1415) os lusitanos prosseguiram sua expansão contornando o litoral africano, e, em 1498, Vasco da Gama, aporta em Calicute, nas Índias. E, nesta disputa comercial, os espanhóis enviam para o além-mar Cristóvão Colombo, que chega ao continente americano em 1492, acreditando ter chegado às Índias. Os países

---

<sup>1</sup> O termo *conquista* é o mais usado pela historiografia atualmente, quando se refere aos “grandes descobrimientos” e, foi por isso que optamos por ele. As populações indígenas que habitavam o território brasileiro tinham sua organização social muito bem estruturada, poderia não ser tão complexa como a da América espanhola, no entanto, consideramos que não deixa de ter ocorrido uma conquista sobre os índios que habitavam as “áreas marginais”. Eles possuíam tradições que remontam a milhares de anos, às quais não foram respeitadas. Segundo, HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo dicionário da língua portuguesa p.456. *Conquistar*, é tomar a força de armas, adquirir, subjugar pela força; vencer; e ao nosso ver foi isto que aconteceu aqui no Brasil.

ibéricos tiveram então que fazer acordos para resolver os problemas que surgiram referentes às terras recém-descobertas. O papa Alexandre VI expede em 1492, a Bula Inter-coetera, que segundo a qual seria traçada uma linha imaginária a 100 léguas para ocidente a partir das ilhas de Cabo Verde seriam de posse da Espanha. Assim, os espanhóis, garantiam a exclusividade de exploração e cristianização de todas estas terras descobertas. Portugal não aceita, e em 1494, os dois países assinam o Tratado de Tordesilhas, alterando de 100 para 370 léguas a limitação imposta por esta Bula. Com isso, parte do atual território brasileiro foi assegurado a Portugal, que tratou logo de dar continuidade a seus planos de expansão além-mar.

### 1.1 – Os primeiros contatos com os índios

Para a Coroa portuguesa era de suma importância assegurar o domínio comercial das regiões asiáticas e como justificativa poderia alegar que iria difundir a religião cristã entre os povos pagãos. Por isso, o monarca português aliado à burguesia, organizou uma poderosa esquadra com essa finalidade. Coube a Pedro Álvares Cabral o comando desta expedição, que parte de Lisboa no dia 08 de março de 1500. Alegando calmarias, Cabral percorreu uma rota em arco, afastando-se das costas africanas em direção a oeste. No dia 22 de abril de 1500 desembarca onde hoje está a cidade de Porto Seguro, no litoral sul no estado da Bahia.

Os contatos iniciais entre brancos e índios, segundo relatam os cronistas da época, foram amistosos. Este relacionamento indígena com o branco, porém, tendeu a desaparecer, à medida que os europeus começaram a ocupar suas terras.

Após a cerimônia de posse, é realizada a primeira missa no dia 26 de abril de 1500. Durante uma semana os portugueses permanecem na região, chamada inicialmente de Ilha da Vera Cruz e depois Terra da Santa Cruz. Posteriormente, o nome Brasil foi adotado tendo em vista a abundância da árvore pau-brasil.

No início de maio a esquadra retoma seu caminho para as Índias. Um navio, porém, retorna a Portugal levando as notícias dos acontecimentos e várias cartas dentre elas a de Pero Vaz de Caminha, que relatava a viagem e o “descobrimento” de uma nova terra.

Em sua “História do Brasil”, AMADO e FIGUEIREDO, usando as palavras do escrivão da frota de Cabral, assim descrevem as pessoas que encontraram na nova terra.

*“A feição deles é de serem pardos, uns tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem caso de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência (...). Uns andavam quartejados daquelas tinturas, (...)”*

*os beijos furados, (...) rapados até por cima das orelhas....*<sup>2</sup>

Pela descrição de Pero Vaz de Caminha, percebemos que sua primeira impressão com relação aos nativos é de encantamento. Para ele, que vinha de uma sociedade que via o corpo como sinal de pecado e da tentação, o encontro com uma cultura diferente, numa terra diferente, significava a sensação de chegada ao paraíso.

A característica amigável com que foram realizados os primeiros contatos com os índios, relatados por Caminha ao longo de sua carta, é outro fator de importância fundamental para comprovar o caráter paradisíaco da nova terra descoberta. Resta saber até que ponto estas afirmações são verdadeiras. Será que foram realmente amistosos os primeiros contatos?

### **1.2 – O reconhecimento, uma das primeiras providências**

Antes mesmo do retorno da esquadra de Cabral a Lisboa, a Coroa portuguesa envia uma expedição para explorar o litoral da Ilha de Vera Cruz. O comando desta expedição foi entregue a Gaspar de Lemos. Dessa empreitada fazia parte o famoso piloto florentino, Américo Vespúcio que já tinha estado antes no continente.

Uma das finalidades dessa expedição foi mapear todo o litoral brasileiro. Assim, foram sendo batizados todos os acidentes geográficos de Norte a Sul do País.

Essa empreitada comprovou que a terra explorada não era uma ilha e sim um continente. Ao retornar a Portugal, foi confirmado que a terra “descoberta” era muito rica em pau-brasil.

### **1.3 – Os primórdios da colonização**

Dessa maneira, o pau-brasil insere-se nos primeiros anos após a chegada dos europeus, como a principal fonte de lucro que a Coroa portuguesa encontrou no litoral de sua “nova terra descoberta”. O pau-brasil, chamado pelos índios de ibirapitanga, era utilizado na Europa entre outras coisas para a fabricação de corantes, móveis de luxo, etc. Percebe-se, que a colonização não era tão vantajosa quanto à venda das especiarias que vinham do Oriente, e que alcançavam preços elevados nos mercados europeus.

Mesmo assim, houve uma preocupação do rei de Portugal, desde cedo, em fazer com que o comércio do pau-brasil fosse uma exclusividade da Coroa. Desse modo, a madeira

---

<sup>2</sup> AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos: telecurso 2000. História do Brasil. v.1, p.31.

poderia ser comercializada somente por pessoas autorizadas pelo rei, que conservava o privilégio de cobrar direitos pela exploração da mesma.

Neste sistema criado pelos portugueses, os indígenas passaram a ter papel fundamental, pois foram estes que passaram a serem utilizados desde o início da colonização como mão de obra no trabalho de corte e carregamento do pau-brasil. Para realizar esse serviço os índios recebiam tecidos, roupas, adornos, facas e outros objetos de pouco valor para os europeus.

A exploração do pau-brasil deu origem as feitorias, que foram os primeiros estabelecimentos europeus ao longo da costa brasileira. A atividade extrativa não favorecia a fixação do homem a terra, por isso, a medida em que a madeira ia escasseando, os europeus tinham que mudar de lugar e, procurar outro onde essa madeira fosse encontrada com abundância.

As feitorias eram simples depósitos de riquezas da terra. Não constituíam núcleo de povoamento, pois estes surgiram apenas quando teve início a exploração da cultura da cana de açúcar. Assim, as feitorias foram desaparecendo a partir do momento em que a produção do açúcar começou a ser desenvolvida pelos senhores de engenho.

Para preservar as terras (que de acordo com Tratado de Tordesilhas, lhes pertencia), Portugal teve que enfrentar sérios problemas com as outras nações européias, principalmente a França e a Inglaterra, que não reconheciam o referido tratado.

Além da defesa do território, a colonização do Brasil teve outra finalidade: transformar a colônia num empreendimento rentável para Portugal, pois, o comércio com as Índias entrou em crise, por conta da concorrência, principalmente da Holanda e da Inglaterra.

#### **1.4 - A colonização efetiva**

Quando chegou aqui ao Brasil em 1530, Martim Afonso de Souza, já vinha com objetivos definidos: verificar a existência de metal precioso; estabelecer a colonização em toda a faixa litorânea e explorar e patrulhar todo o litoral, contra a pirataria e a invasão da terra por outros povos. Ele tinha plenos poderes, para nomear autoridades e distribuir terras para as pessoas que quisessem permanecer e estabelecer a colonização. Data desta época o início da colonização efetiva do Brasil, com apoio da economia canavieira que produzia para o mercado externo. Provavelmente, por volta de 1530, tem início a utilização do índio como mão de obra para os engenhos de cana de açúcar.

O período compreendido entre 1500 e 1530 é denominado pela historiografia oficial como “pré-colonial”, ou de colonização de feitoria. Nessa conjuntura, a Coroa portuguesa adota o sistema de capitania hereditária. Somente duas capitanias prosperaram: Pernambuco e São Vicente. Já que seus donatários estavam ligados aos grupos econômicos e dispunham de fortuna própria. Fatores diversos irão justificar o fracasso e/ou sucesso do desenvolvimento da colônia. Podemos dizer que os principais elementos que contribuíram para o declínio do sistema de capitania hereditário foram: os conflitos com os indígenas (que lutavam para manter suas terras e evitar a escravidão); por vezes a falta de interesse por parte dos donatários em fazer com que a capitania prosperasse; e, principalmente a falta de recursos, já que não possuíam capitais suficientes para o empreendimento de grande porte.

### **1.5 - A produção açucareira e o índio.**

A partir da colonização propriamente dita, por volta de 1533, com a fundação de engenhos no litoral Brasileiro, surge o problema da mão de obra. Quem irá trabalhar nos engenhos, e nas lavouras? Os colonos passam a “impor” que os nativos trabalhem nas plantações. Aquela parceria inicial feita principalmente através do escambo (prestação de serviço em troca de bugingancas) passa a não ter mais importância. Os interesses econômicos e políticos da exploração da colônia impõem a submissão dos índios de uma forma ou de outra, e a estes, só restam reagir, enfrentando os invasores, ou fugindo para regiões distantes ou ainda aceitando a integração à vida das fazendas e vilas coloniais.

Como consequência da falta de mão-de-obra, os colonos buscam na captura e na escravização dos índios a solução para os trabalhos em suas roças, moinhos, engenhos e até para os trabalhos domésticos.

### **1.6 – A famigerada “guerra justa”.**

Podemos afirmar, com certeza, que desde o início da colonização os europeus não concederam alternativas aos nativos para que houvesse uma convivência pacífica. Deste modo, uma das primeiras atitudes, das populações indígenas foi a declaração de guerra. Estas se viram obrigadas a agir violentamente, promovendo uma luta sem trégua contra os portugueses, quando perceberam que a intenção deles era apossar-se de suas terras, em fim, tomar conta de tudo que lhes pertencia. Isto, a nosso ver foi o que mais dizimou os nativos, pois permitiu a conhecida “guerra justa”. Estas guerras somente deviam ser travadas uma vez autorizada pela Coroa portuguesa ou pelos governadores, com as tribos que se rebelavam contra as autoridades coloniais, ou em legítima defesa contra as tribos antropofágicas. Sendo assim, nelas se

justificava tomar os índios como escravos. Porém, o que se viu foi à invenção de “motivos justos” para expulsar os índios de suas terras.

Aqui no Rio Grande do Norte temos o maior exemplo de uma “guerra justa”, a conhecida “Guerra dos Bárbaros” ou “Confederação dos Cariris”, como é chamada por alguns historiadores. Teve início logo depois da expulsão dos holandeses, com a concessão de terras aos colonos e pecuaristas que levaram a criação de gado para o interior. Com estas medidas por parte da Coroa portuguesa, os índios vão sendo cada vez mais exterminados e privados de sua terra. Isto provoca a resistência armada dos nativos e conseqüentemente sua extinção, pois findam perdendo a guerra.

É comum ver nos livros didáticos oficiais, a idéia de que o índio foi facilmente adaptado como mão de obra para a pecuária. Segundo FREITAS, nada inverossímil, pois esta atividade foi:

*“Responsável pelas perseguições e extermínio das populações indígenas, na medida em que dificultava o livre movimento de ocupação das terras e ainda pela constatação de que nas fazendas de criação não havia carência de sua mão-de-obra.”<sup>3</sup>*

Outro exemplo de conflito mal sucedido para os nativos foi à Guerra dos Setes Povos das Missões, contra as coroas ibéricas. A Guerra foi à revolta dos índios guaranis contra as imposições do Tratado de Madri, que os obrigava a abandonar suas terras, moradias e plantações. Na realidade a luta não foi contra os países ibéricos, mas sim, uma reação à perda de suas terras pelos limites de fronteira imposta pelo Tratado de Madri. O acordo favorecia os países ibéricos, defendendo seus interesses na região, em detrimento das populações indígenas que foram literalmente prejudicadas. Toda a vida econômica e social que as missões haviam organizado nos dois lados do rio Uruguai era ameaçada pela divisão de terras entre Portugal e Espanha.

QUEVEDO, em seu livro “A guerra guaranítica”, afirma:

*“Essa guerra representou um dos raros momentos de reação indígena organizada contra as imposições da Coroa e dos colonizadores portugueses e espanhóis. Os índios reagiam conscientes às pressões e ameaças, planejaram seus movimentos e definiram as estratégias as estratégias mais convenientes para*

---

<sup>3</sup> FREITAS, Edinaldo Bezerra de. Expansão da pecuária nordestina e os grupos indígenas. Nordeste indígena. N:2, p.75.

*defender seu espaço....”*.<sup>4</sup>

Uma outra opção tomada pelos índios foi tentar uma convivência pacífica, pois sabiam que dificilmente poderiam expulsar os portugueses. Também neste caso, ficaram em desvantagem, pois foram obrigados a abandonar seus costumes e a trabalhar como escravo para os brancos; além disso, ficaram sujeitos a todos os tipos de doenças, contras as quais seu organismo não possuía defesa. Muita dessas doenças causaram o extermínio em massa das populações indígenas.

A fuga foi a última alternativa encontrada pelos índios, pois não podendo conviver pacificamente e muito menos enfrentá-los em uma guerra (já que a tecnologia bélica do homem branco era bem superior) a saída encontrada foi fugir daquilo que os oprimia.

### **1.7 – As conseqüências da colonização**

Analisarmos os problemas enfrentados pelos indígenas brasileiros durante estes 500 anos, e ver como a historiografia se comportou neste século, é fundamental para que possamos entender a problemática indígena. Sendo assim, não poderemos deixar de nos reportar ao século XV, época dos “Grandes Descobrimentos”, e das “Grandes Conquistas da Civilização Ocidental Européia”.

Sabemos que as populações nativas não viviam uma paz eterna, pois existia a disputa por territórios, as lutas e guerras por domínio de terras, principalmente entre as populações consideradas mais “avançadas” (incas, maias e astecas). Porém, quando Cristóvão Colombo conquista a América, tem início a partir de então, uma nova história para as populações originária do continente recém-descoberto, que não levou em consideração os costumes e as tradições dos habitantes nativos. Sobre a conquista européia PORTO ALEGRE, assim se expressa:



*“Uma das maiores conquistas do homem é o reconhecimento da unidade da espécie humana: descendemos todos do Homo sapiens sapiens, surgido há cem mil anos em algum ponto entre a Índia, o Oriente Médio e a África. (...) As diferentes culturas construídas pelo homem não se dissolvem com facilidade. Elas são dinâmicas e possuem um incrível potencial de sobrevivência. Quando os europeus conquistaram a América, no século XVI, foram tomados por um profundo sentimento de perplexidade e pelo desejo de obrigar os*

<sup>4</sup> QUEVEDO, Júlio. A guerra guaranítica. p.29.

*habitantes do Novo Mundo a se tornarem semelhantes ao modelo idealizado de homem ocidental”.*<sup>5</sup>

Podemos afirmar com certeza que o resultado da colonização foi à utilização do índio como mão-de-obra logo no início da colonização, e a aculturação, principalmente nos costumes, nas práticas religiosas, e no uso do idioma (que por determinação do Marques de Pombal, foi proibido o uso da língua tupi e os dialetos, e o português passou a ser a língua oficial). Mas, a maior consequência da invasão portuguesa é escravidão, a guerra, a fome e as doenças, que numa cadeia sucessiva foi responsável por dizimar quase todas as populações indígenas do território brasileiro.

### **1.8 – A postura da Igreja frente à colonização**

Aqui no Brasil, como em toda a América, os europeus negaram aos índios o direito existir como pessoa e, em muitos casos, eram tratados como animais, chegando ao cúmulo de afirmarem que eles não tinham alma. Isto se deve em parte à Igreja, que estava aliada a Portugal, visando a imposição do cristianismo às novas terras descobertas ou a serem descobertas. A partir da segunda metade do século XV e início do século XVI, são editadas várias Bulas Papais, como por exemplo, a *Romanus Pontifex*, do papa Nicolau V, publicada em Janeiro de 1455, na qual o Pontífice dava exclusividade aos portugueses para os negócios realizados na África, e, concedia ainda o direito de conquistar as terras dos infiéis e transformá-los em escravos.

Por isso, ao “descobrir” o Brasil, e a sua posterior colonização, a Coroa portuguesa e a Igreja Católica visando expandir as suas áreas de influências, uniram suas forças para alcançar os seus objetivos escusos, ou seja, enriquecer a custa da exploração do trabalho indígena e posteriormente do negro.

Vale ressaltar que muitas vezes chegou a existir atritos entre os religiosos e os colonizadores, mas no nosso entender eram apenas questões de interesses prejudicados. Os religiosos não iriam querer perder milhares de “almas”, depois de tanto trabalho para doutriná-los na fé cristã (ensinar, ler escrever, rezar e contar), entregar ou deixar que estes índios fossem levados pelos colonos ou bandeirantes, perdendo assim sua mão-de-obra gratuita para os mais diversos trabalhos que eram realizados nas missões.

---

<sup>5</sup> PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Os índios estão aqui para ficar. **O POVO**, 14 jan 1996.

Nesse período a igreja estava sob o Regime do Padroado, ficando subordinada ao Estado, ou melhor, dizendo, era parte integrante do mesmo. Era atribuição do Estado nomear bispo, remunerar o clero, recolher, assegurar e preservar a presença da igreja nas terras descobertas. Essa relação de subordinação não iria significar, como veremos mais tarde, total submissão da Igreja aos interesses da coroa portuguesa.

Nesse contexto, com a parceria Igreja/Estado, estes passaram a andar juntos nas mais diversas ocasiões. Isto foi realizado inicialmente no Norte da África com os infiéis mouros, os quais foram convertidos a fé cristã e reduzidos à escravidão e, posteriormente este sistema foi transplantado para o Brasil e aplicado aos índios, porém de uma forma mais sutil, como por exemplo, a Guerra Justa.

### **1.9 – A caça aos índios (entradas e bandeiras)**

A falta de mão de obra para trabalhar nos engenhos de açúcar, passa a exigir que os colonos arregimentem pessoas para a produção açucareira. A partir de então se formam movimentos organizados oficialmente pelos representantes da Coroa portuguesa para adentrarem para o interior da colônia e capturar índios para suprir a falta de mão de obra da incipiente agricultura de agro-exportadora colonial. A estes movimentos organizados oficialmente e que normalmente contavam com o apoio da sociedade colonial (e nisso está incluso a própria Igreja Católica Apostólica Romana) foi denominado de entrada, e tinha como argumento de defesa, o reconhecimento do interior e a procura de metais preciosos.

Também no início da colonização, praticamente ao mesmo tempo das entradas, tiveram início as bandeiras, outro tipo de caça aos índios. Desta feita, organizada por particulares. Estas expedições como não eram oficiais, não respeitaram o Tratado de Tordesilhas, e em consequência, tivemos o nosso território quase que triplicado. As principais bandeiras partiram de São Paulo e daí se ramificaram em todas as direções da colônia (norte, sul e o oeste) para cumprir sua missão, desde a procura de ouro, ao apresamento de índios e também combatendo negros nos quilombos.

Os índios guaranis foram uns dos que mais sofreram com as investidas dos bandeirantes. Eles ocupavam uma extensa área no Sul, banhada pelos três grandes rios, Uruguai, Paraguai e Paraná, que convergem para o rio da Prata. Correspondem aos atuais estados da Região Sul, Mato grosso do Sul no Brasil e ainda parte do território da Argentina, Uruguai e Paraguai.

Atraídos para as reduções, porque eram praticamente as únicas maneira de escaparem à escravidão, os índios se afastaram mais para o leste e desavisadamente vieram ficar

bem próximo do raio de ação dos bandeirantes paulistas, que em termos de crueldade eram piores do que os colonos espanhóis.

Desse modo, por toda a colônia portuguesa, os europeus impuseram aos nativos um regime de trabalho que estes não estavam acostumados. Motivo pelo qual, houve uma forte recusa dos índios em trabalhar nas lavouras, pois esta atividade era trabalho para mulher. Um guerreiro, dentro desta sociedade tribal tinha outras funções, como, por exemplo, caçar, pescar, coletar, construir canoas, cabanas etc. Como o seu trabalho era mais espaçado, tinha-se a impressão que os homens eram preguiçosos e indolentes, Nada mais enganoso, pois conforme MESGRAVIS:

*“Eram capazes de grandes esforços físicos como viagens de centenas de quilômetros, corridas de dias inteiros, podiam remar por grandes distâncias, carregando grandes pesos desde que tivessem um propósito útil aos seus olhos. Apenas faziam questão de trabalhar quando e como quisessem, sem supervisão e cobranças”.*<sup>6</sup>

Os índios então passam a ser à força de trabalho que mais convém durante este período. A melhor perspectiva para os nativos então era ficar nas missões, onde existia a falsa proteção dos discípulos de Loiola, ou viver em liberdade correndo o risco de serem aprisionados pelos bandeirantes paulistas.

### 1.10 – Os números da exterminação

Quando os europeus chegam à América, segundo AMADO e FIGUEIREDO:

*“Estimativas para todos os nativos da América em 1492 variam de 50 a 100 cem milhões contra 60 a 70 milhões [ de habitantes] em toda a Europa à mesma época. A redução dos indígenas foi drástica. Foram dizimados pelos maus-tratos, assassinatos, fome e de modo especial pelas doenças européias e africanas, contra os quais não possuíam anticorpos”.*<sup>7</sup>

Isto nos mostra que a colonização européia foi fator fundamental para a desagregação do modo de vida indígena. Destes valores acima mencionados, calcula-se que um terço estariam na América do Sul.

<sup>6</sup> MAGRAVIS, Laima. O Brasil nos primeiros séculos. p.33

<sup>7</sup> AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luiz Carlos;. Colombo e a América , p.62, citado por Telecurso 2000.

Segundo a FUNAI, *“a população indígena no Brasil na época da conquista é estimada em 3,5 milhões de habitantes. Atualmente encontra-se reduzida em 206 povos e 325.652 índios.”*<sup>8</sup>

### 1.11 – Confrontando a idéia de “colonização”

Examinamos minuciosamente alguns trabalhos elaborados à época da colonização e comparamos com outros feitos na atualidade, desse modo, extraímos suas semelhanças e diferenças, para termos uma conclusão mais exata sobre como diversos autores deram seu juízo sobre a colonização. Devemos desse modo, observar o contexto político para perceber, que dependendo da época, o tratamento utilizado com relação ao índio irá ser bastante diferenciado, como discorreu o professor e pesquisador MONTEIRO, em seu recente livro “NEGROS DA TERRA”, no qual faz as seguintes observações:

*“Ao chegarem ao Brasil, os invasores europeus logo descobriram que grande parte do litoral bem como as partes do interior às quais se tinha acesso encontravam-se ocupadas por sociedades que compartilhavam certas características básicas, comuns à chamada cultura tupi-guarani”.*<sup>9</sup>

Pelas as afirmações supra-citadas percebemos que, desde início da colonização, os portugueses não tiveram a preocupação de fazer um estudo criterioso para classificar as populações que aqui habitavam pois, para eles, existiam apenas dois grandes grupos indígenas: os tupi-guarani, que habitavam o litoral e os tapuias, que viviam nos cerrados e sertões.

Jonh Manuel Monteiro usa o termo “invasores” quando se refere aos europeus, uma palavra deveras apropriada, pois realmente foi o que aconteceu quando da chegada dos portugueses, mas que em outra época correria o risco de ser considerado no mínimo um subversivo por parte das autoridades.

Mencionando os povos que habitavam o Brasil na época dos “descobrimientos”, RIBEIRO, faz uma classificação mais detalhada, referindo-se nos seguintes termos:

*“Os outros grupos, filiados a família lingüística dos jês e de algumas línguas isoladas eram chamados genericamente de tapuias. Dos jês pode-se dizer que representava a nação mais genuinamente brasileira, porque não existe nenhum representante falando sua língua, fora de nossas fronteiras. São também povos de cultura*

<sup>8</sup> FUNAI. Serviço de Informação Indígena. 1997.

<sup>9</sup> MONTEIRO, Jonh Manuel. Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo, p. 19.

*materialmente mais simples. A maneira como organizavam a vida em sociedade, no entanto, é bem mais complexa e elaborada que a dos tupi-guarani ou dos que pertencem ao tronco lingüístico aruak e karib, isto é, dos povos da floresta tropical".<sup>10</sup>*

Ainda conforme, RIBEIRO, a religião imposta aos nativos foi fator fundamental para a desagregação dessa sociedade, pois:

*"O resultado da pregação jesuítica não foi porém, um índio convertido, mas um índio subjugado, domesticado, que vendo desmoralizado os costumes a que estava arraigado, sem ter assimilado a fé que lhe quiseram impor, não encontrava motivo ou força para viver. O índio morria de tristeza, tanto quanto de fome, de doença e de privações".<sup>11</sup>*

Quando os europeus chegaram ao território que hoje chamamos de Brasil os primeiros anos de contatos com os nativos foram muitos cordiais, havendo até, o que podemos chamar de relacionamento comercial, pois as trocas de mercadorias por trabalho indígena assim o caracterizavam. Isto se deu praticamente em toda a costa brasileira.

JEAN DE LERY, que esteve no Rio de Janeiro em 1557, informa que tanto portugueses quanto franceses, dependiam da ajuda dos índios Tupinambás, pois sem o trabalho destes, seria impossível aos europeus carregar seus navios abarrotados de madeira para a Europa.

O viajante francês descreve como ocorreu a permuta comercial entre nativos e brancos:

*"Em troca de algumas roupas, camisas, chapéus, facas e machados, outras ferramentas que os franceses lhe davam, os índios cortavam, desbaratavam, serravam, falqueavam e toravam o pau-brasil, transportando-o nos ombros nus, às vezes de duas a três léguas de distância, por montanhas e terrenos acidentados até beira-mar, aos navios ali ancorados".<sup>12</sup>*

Desde cedo, os índios logo perceberam o tratamento diferenciado que existia entre portugueses e franceses, pois como estes provavelmente, não pretendiam se fixar definitivamente mas apenas comercializar, desde suas primeiras viagens ao territórios tupiniquim, trataram de fazer aliança com os índios, enquanto que os portugueses defendiam os

<sup>10</sup> RIBEIRO, Berta Gleizer. Op. cit., p. 19 e 23.

<sup>11</sup> Ibid., p. 43.

<sup>12</sup> LERY, Jean. Viagem à terra do Brasil, p.168

seus “domínios de direito” sobre a terra que “descobriram”, razão pela qual se achavam no direito de escravizar.

Com a chegada das expedições colonizadora que tinha a missão de povoar e assegurar a posse da terra para os portugueses, BERTA RIBEIRO, deixa entender que a partir de então tem início a escravização dos nativos:

*“Com a vinda de Martim Afonso de Souza em 1531 e três anos mais tarde a divisão do Brasil em capitânicas hereditárias, tem lugar modificação das tranqüilas relações entre portugueses e índios. Já então, o escambo de produtos se torna inadequado, assumindo importância cada vez maior o uso do mesmo sistema para conseguir trabalho”.*<sup>13</sup>

A instituição do sistema de capitania hereditárias, o donatário que recebia o seu lote de terra, tinha plenos poderes para administrar o mesmo, inclusive impondo a pena de morte. Podemos imaginar então, o que aconteceu com os índios a partir do momento em que se recusaram a cumprir as ordens emanadas dos “novos senhores da terra”.

Após uma breve análise sobre o conceito de colonização na concepção dos vários estudiosos, percebemos que os autores e viajantes quinhentistas e seiscentistas tinham uma visão mais romântica da exploração portuguesa, é claro que existem exceções, mas em geral, eles descreviam as exuberâncias da terra e a convivências pacífica entre índios e branco, como também a maneira como eles (índios) viviam. Através de suas observações temos a impressão que os nativos não faziam absolutamente nada: Apenas viviam em contato com a natureza, andavam nus, etc. Os autores que abordam os índios na atualidade são mais realistas, procuram mostrar a forma como vivem os índios hoje, fazendo questionamentos sobre os grandes problemas indígenas: como o resgate de suas tradições, o ensino em sua língua, questão da terra, que ainda hoje continuam sendo invadidas, e que é o grande problema dos índios no momento. Tudo isso, numa tentativa de mostrar o quanto aquela visão de uma colonização suave e harmoniosa estava deformada, pois muitas das vezes eram elaboradas com a única finalidade de justificar o extermínio dos índios.

---

<sup>13</sup> RIBEIRO, Berta Gleizer. Op. cit., p.33.

## **2 . A POLÍTICA INDIGENISTA RECENTE: o que foi publicado pertinente às populações indígenas.**

Já no período colonial existia uma legislação criada para “proteger” os índios, no entanto, estas leis eram dúbias e errôneas, deixando margem para dupla interpretação, favorecendo em muito os colonizadores, em suas pretensões para escravizar e dizimar os índios.

No início deste século, a violência seguia marcando a relação entre índio e branco. Na Amazônia a economia extrativista avançava sobre as terras indígenas em vários pontos. Na região Sul e Sudeste, os índios resistem ferozmente a invasão de seus territórios e declaram guerra a colonização européia que estavam se apropriando de suas terras e ao avanço da cafeicultura.

Em meio a este contexto de violência é criado em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Candido Mariano da Silva Rondon um Oficial do Exército, foi nomeado seu primeiro diretor. Ele já tinha experiência no contato com os índios, pois desde 1890, chefiava uma comissão governo brasileiro encarregada de realizar uma serie de expedições científicas e militares nas regiões inexploradas do país, bem como de implantar as ligações telegráficas entre a Região Centro-Oeste e Norte. Durante essas expedições Rondon estabeleceu contatos pacíficos com inúmeras tribos indígenas, entre as quais podemos citar, os Bororo e os Nhambiquaras.

O Serviço de Proteção ao Índio tinha como missão proteger os índios contra atos de violência, em especial nas áreas onde a colonização branca ainda não tinha chegado. Pela primeira vez, a legislação brasileira reconhecia o direito dos povos indígenas de existir em suas próprias terras e manter, sob a tutela do governo, seus costumes e tradições. A partir de sua criação, o SPI iniciou uma política de pacificação dos índios hostis, que precisavam ser convencidos da “boa intenção” do governo para com eles. O lema dos primeiros tempos da instituição era: “Morrer se preciso for; matar nunca”. Durante aproximadamente uns 20 anos, nenhum índio foi morto por indigenista do SPI.

No entanto, apesar da legislação, as tribos pacificadas pelo SPI acabaram sendo contaminadas por doenças contra as quais não tinham anticorpos e perderam a maior parte de seus territórios. Entre essas tribos figuram os Kaingang de São Paulo e Paraná, cujas terras foram ocupadas pela expansão cafeeira; os Botocudos do Vale do Itajaí, que perderam suas terras para os imigrantes e seus descendentes, e vários outros.

Na década de 50 e 60 o Serviço de Proteção ao Índio, foi acusado de massacre e escravização de indígenas, e findou sendo extinto. Em seu lugar o Governo Militar criou em 1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Neste momento, ela seria encarregada de

defender os interesses dos índios, considerados incapazes para o exercício dos direitos de cidadão brasileiro, como também para exercer a tutela e os direitos sobre as suas terras. Impõe também uma forma de organização social alheia aos costumes e às tradições indígenas.

A Funai atualmente vem desenvolvendo ações de saúde e educação específicas para os índios, e em muitas aldeias, eles já estão sendo alfabetizados em sua própria língua, conforme estabelece a Constituição Federal, que assegura às populações indígenas a utilização de suas línguas maternas nos ensinamentos fundamentais e processos próprios de aprendizagem. Das medidas adotadas, incluem ainda, a criação de um programa especial de rádio para os indígenas e o desenvolvimento de programas de apoio às atividades produtivas realizadas por índios. O objetivo é implantar projetos de desenvolvimento econômico, sobretudo na Região Amazônica, compatíveis com a preservação do meio ambiente e com a proteção dos territórios dos índios.

Em 1973 o presidente Médici sancionou o Estatuto do Índio. O Estatuto, afirmou o direito dos Índios ao seu território e outorgou a FUNAI um prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas, o prazo expirou e a determinação não foi cumprida.

## **2.1 – Conjuntura econômica e política dos anos 60 e 70, e a população indígena.**

Com o regime militar imposto a partir de 1964, foi estimulado o ingresso do capital estrangeiro, que andava meio inibido com o governo de João Goulart. Porém com a ascensão de Castelo Branco, os investimentos multinacionais passaram a atuar em praticamente todos os segmentos industriais, ficando o governo apenas com os setores considerados estratégicos, como o setor elétrico, siderúrgico, de mineração e outros.

É nesta época, que o último reduto das populações indígenas do Brasil, a Amazônia, se torna objeto de uma ampla política governamental de colonização e a exploração de minerais. A rodovia transamazônica, projetada no início da década de 70, irá atravessar milhares de quilômetros de terras indígenas. Grandes projetos de exploração mineral e de geração de eletricidade exigiam o deslocamento de centenas de tribos. Uma nova onda de violência e de dizimação se iniciava. Os índios da Amazônia foram as grandes vítimas deste “milagre econômico brasileiro”.

Em quanto isso, no plano político, o governo militar aumentava a repressão contra seus opositores considerados “subversivos”. Baseado na “Doutrina de Segurança Nacional” criada pela Escola Superior de Guerra (que foi a grande mentora intelectual pela criação das teorias de “guerra anti-subversiva” ou “anti-revolucionária”) para que o regime militar tivesse respaldo ideológico, passaram então a caçar aos inimigos do regime militar.

O governo passou a exercer um controle político e ideológico da população através dos Atos Institucionais, principalmente o AI-5, que abriu caminho para uma maior utilização do aparelho repressivo. A censura atingiu em cheio a imprensa, e os grandes meios de comunicação de massa, não podia mais divulgar ou difundir notícias consideradas “indesejáveis” pelo governo. Todas essas medidas preventivas e corretivas adotadas para que este sistema se perpetuasse no poder, se refletiu nos livros adotados para o ensino de 1º e 2º, bem como o Superior, os quais se restringiam apenas em informar o mínimo necessário aos estudantes. Quanto a desenvolver o raciocínio para que se formasse um estudante crítico, para ao menos entender a realidade presente, era objeto fora de qualquer situação.

Foi nesta época de “caça aos comunistas” considerados o maior inimigo do país, que foram elaborados os livros didáticos do período militar e sobre os quais iremos fazer uma breve análise.

## **2.2 - O livros didáticos, e sua visão sobre os índios**

Apesar de termos a produção e acumulação de um conhecimento considerável sobre as sociedades indígenas brasileiras, tal conhecimento muitas vezes fica restrito ao “círculos universitários e dos especialistas” quando deveria chegar aos alunos do 1º e 2º graus, que por falta de informações sobre estas sociedades os vêem muitas vezes como simples elementos que devem ser enquadrados na “sociedade nacional”. É desse modo, que vários autores elaboraram seus livros nas décadas do período do regime militar.

Atualmente (do início dos anos 90 em diante) temos progredido bastante neste setor (como iremos mostrar mais adiante através dos trabalhos de vários autores) são feitas abordagens críticas, que levam os alunos a questionar sobre determinadas atitudes tomadas pelos brancos em relação aos índios.

A visão estereotipada que muitas vezes temos dos índios, se deve em parte ao Estado, que com seus livros didáticos, principalmente os distribuídos no final da década de 60 até a primeira metade da década de 80, fizeram uma abordagem superficial dos índios, citando-os apenas como elemento étnico que contribuíram bem pouco na formação da nação brasileira. Eles mostram que coube explicitamente aos elementos brancos o mérito de ter formado este grande país, sem levar em consideração os povos que habitavam este imenso território. Quando o fazem, é uma abordagem de maneira errônea, distorcida da realidade. Usando apenas a figura do índio da região Amazônica ou da Região Centro-Oeste, não levando em conta a diversidade étnica do Brasil ou da América do Sul.

A grande maioria dos livros que o governo brasileiro distribuiu gratuitamente aos estudantes, principalmente os destinados ao ensino fundamental, privilegiam os feitos e a historiografia das elites detentoras do poder, neles, são transmitidos os conhecimentos e a cultura desta elite. Para esta elite dominante, não existe população índia, pois quando se referem a estas é como se estivessem desaparecidas, ou então, como uma figura exótica que faz parte do folclore brasileiro. E, se alguém quiser ver um índio legítimo terá que fazer um passeio turístico ao Parque Nacional do Xingu, pois talvez seja o único local que provavelmente ainda exista um nativo.

### 2.3 – Análise sintética do livro “Estudo de Problemas Brasileiros”

Enjolras José de Castro CAMARGOS, teve o livro “Estudos de Problemas Brasileiros”, publicados em 1977, quando era Coordenador do Departamento de Estudos dos Problemas Brasileiros da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Formado na concepção de Ordem e Progresso, o Tenente-Coronel da Arma de Artilharia, foi professor do Quadro de Magistério do Exército na matéria Problemas Brasileiros na EsPCEEx (Escola Preparatória de Cadetes do Exército). Exercia ainda, a função de professor de Problemas Brasileiros da Universidade Estadual de Campinas e Diretor Assistente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

O autor foi formado no período posterior a Guerra Fria. É defensor da “*Doutrina de Segurança Nacional*”<sup>14</sup>, imposta pelos Estados Unidos, aos países que gravitavam em sua órbita, portanto, naquela idéia que ele próprio definiu como:



*“Política Nacional de Desenvolvimento, integrada na Política Nacional, é a arte de orientar o Poder Nacional no sentido do seu fortalecimento global, visando à conquista e à manutenção dos objetivos nacionais”.*

*Política Nacional de Segurança, integrada na Política Nacional, é a arte de orientar o Poder Nacional, visando garantir a conquista ou a manutenção dos Objetivos Nacionais.”*<sup>15</sup>

<sup>14</sup> A “Doutrina de Segurança Nacional” foi um conjunto de normas e de teorias de “guerra anti-subversiva” ou “anti-revolucionária”, criadas pela Escola Superior de Guerra, para que o regime militar tivesse respaldo político, econômico e ideológico, durante sua permanência no poder. Vale ressaltar que a doutrina foi orientada e implantada pelos EUA, após a 2ª Guerra Mundial, com a finalidade de conter o avanço do Movimento Comunista Internacional.

<sup>15</sup> CAMARGO, Enjolras José de Castro. Estudos de problemas brasileiros. p.43.



*Brasil pertencia a uma raça robusta formada no extremo ocidente da Península Ibérica e tornou-se inconfundível entre os outros povos.*<sup>18</sup>

As qualidades com que CAMARAGO, descreve o elemento branco (aqui no caso o português), deixa a entender que devido a sua formação étnica diversa, foi uma raça que não usou a discriminação racial, quando dos contatos iniciais com os índios, o que não é verdade, pois sabemos muito bem que o preconceito racial foi o que mais imperou durante o período colonial. CAMARGO diz explicitamente que os portugueses trouxeram a civilidade, como se esta fosse um dom divino e a eles devemos dar graças por sermos pessoas civilizadas.

Outro fator que vale salientar é o fato de que, segundo CAMARGO, o elemento branco veio plantar a civilização cristã ocidental, pois as populações nativas viviam na barbárie. Isto nos mostra mais uma vez que a grande maioria dos nossos “intelectuais” ainda compactuou com essa linha de pensamento “eurocentrista” que se consideram como uma raça superior, e que se dever contar a história a partir do seu ponto de vista, esquecendo-se que o outro lado também tem a sua história, a sua versão do fato.

A obra de CAMARGO, na nossa concepção, se detém mais especificamente nos aspectos de “Segurança e Desenvolvimento Nacional”, que para ele parece ser essencial, tendo em vista o grande inimigo interno e externo que o povo brasileiro tem de enfrentar, o “comunismo”. O referido autor privilegia o medo do comunismo e os grandes projetos (rodoviários, minerais, agrícolas, etc.) que foram ou que estavam sendo executados na Amazônia, e, esquece que este “desenvolvimento” causou muitos conflitos e mortes, pois era necessário expulsar os donos das terras para que a civilização chegasse realmente à Amazônia.

Quando se refere o tema miscigenação CAMARGO, afirma o seguinte:

*“Os índios não ofereceram resistência à miscigenação. As limitações surgiram devido ao nomadismo do índio e de certa incompreensão - em matéria de propriedade privada, por exemplo - que resultou de choques com os portugueses.”*<sup>19</sup>

Discordamos das idéias do autor com relação a miscigenação, o qual parece crer na historiografia tradicional, que dissemina a idéia de que o cruzamento do índio com o branco

<sup>18</sup> Ibid., p 20.

<sup>19</sup> Ibid p.24.





Aquela idéia de união nacional tão apregoada pelo regime vigente na época, fica transparente quando SANTOS aborda as populações nativas.

*“ Os índios brasileiros não eram um povo unido, como nós somos hoje. No mesmo território em que formamos de norte a sul um único povo, eles se dividiam em vários povos, muitas vezes inimigos uns dos outros. Não possuíam, portanto, unidade nacional.”<sup>26</sup>*

É bem conveniente para a época, mostrar que o país era uma UNIDADE, onde todos deveriam lutar por um só interesse, o da Unidade, interesse geral para o bem da nação. Em nenhum momento se refere a guerrilha, assim como, não comenta sobre presos políticos, e dos brasileiros exilados por discordarem do sistema político do momento.

### **2.5 – O movimento indigenista: reflexo uma conjuntura.**

Mesmo com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) durante o regime autoritário, por pressão dos militares ante às ameaças de corrupção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a política indigenista do Estado brasileiro não sofria alterações substanciais, ao menos no ponto de vista dos povos indígenas. A grande novidade será o surgimento de um movimento indígena nos anos 70, onde será inaugurada uma nova política indigenista não-estatal. Desta vez, são os próprios interessados que pretendem assumir o comando das ações que se encaminhavam para a definição de seus espaços na sociedade nacional.

Desse modo no final da década de 70, as lideranças indígenas de várias regiões do País, com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), começaram a promover a realização de Assembléias Indígenas Intertribais para a discussão de seus problemas. Enquanto ano a ano aumentava o número de assembléias realizadas, crescia no cenário nacional, a presença de alguns líderes significativos ao movimento como Mário Juruna e Raoni. As assembléias procuravam levantar os problemas específicos de cada grupo e aldeia indígena. A partir deste quadro, os índios identificavam as questões urgentes, voltadas para a garantia da terra, assistência sanitária e educacional. Tudo motivou os índios a superarem a esfera local, para debater e agir sobre seus problemas em âmbito nacional.

Assim, os índios criam em 1979, uma organização nacional, a União das Nações Indígenas (UNI) Esta procurou representar um papel simbólico de unificar as reivindicações

---

<sup>26</sup> Ibid. p. 80

indígenas, adotando nas suas atividades, uma política de alianças com os movimentos de apoio aos índios espalhados pelo Brasil como Universidades, Igrejas, Ordem dos Advogados, Organizações Não Governamentais (ONGs), etc.

O Conselho Missionário Indigenista, órgão da Igreja Católica, que traduzia uma nova postura dos setores progressistas desde meados dos anos 60, respaldada nas novas orientações eclesiásticas, passou a apoiar os índios em sua luta contra as opressões que vinha sofrendo.

Os anos 80 serão o palco da mais famosa disputa entre os grupos que tradicionalmente haviam feito prevalecer seus interesses econômicos e, do outro lado, os povos indígenas, agora articulados fazendo-se representar por seus próprios dirigentes, apoiados por inúmeras entidades e pelo conjunto dos movimentos populares, de ponta a ponta do país. O auge deste embate se deu justamente na Assembléia Constituinte de 1988. Os índios desejavam participar diretamente do processo, até mesmo como membros da Assembléia Constituinte (com Mário Juruna). A União das Nações Indígenas (UNI), durante a constituinte foi presença marcante na defesa dos direitos indígenas, através de seu representante Ailton Krenak.

## 2.6 – A importância da constituição de 1988 para os direitos dos índios

Entre as principais conquistas, está o capítulo VIII da Ordem Social da Constituição, o qual reconhece que o Brasil é um Estado composto de Nações com autonomia de organização social e de seus Territórios. É eliminada, portanto, a perspectiva da integração tão presente na legislação anterior. Os dois artigos principais reconhecem os direitos fundamentais dos povos indígenas, entre os quais o direito às suas terras tradicionalmente ocupadas. A guarda e garantia dos direitos dos povos indígenas fica a cargo do Ministério Público, e não tanto mais do Executivo, como antes.

De acordo o Artigo 232 da Constituição Federal:

*"Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".<sup>27</sup>*

Por ocasião da Promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, foi delimitado o prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas. Este prazo se esgotou em 1993. O governo não cumpriu o prazo. A maioria das terras indígena continua não demarcada

<sup>27</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1989, p.151.

ou, ainda pior, ocupadas e sendo invadidas por inúmeros grupos, todos ou quase todos, visando a exploração econômica de seus recursos naturais.

A partir do texto constitucional, em 1988, abriram-se novas perspectivas de atuação e articulação dos índios no país, pois tornou possível o surgimento e multiplicação das organizações indígenas locais e regionais em todo o território nacional. ( ver ANEXO 2)

### **2.7 - As organizações locais e regionais**

O fenômeno do surgimento das organizações indígenas locais se disseminou pelo país com rapidez extraordinária. As comunidades, inquietas na busca de defender seus territórios e demais direitos à saúde, educação, subsistência e autonomia cultural, buscam se articular, se mobilizar e construir entidades organizadas que lhes permitissem atuar na cidade, dando visibilidade a suas lutas e divulgando suas causas, reivindicações e propostas; constituir alianças locais com movimentos sociais, Igrejas e entidades, criando interlocutores junto ao Estado e a sociedade civil, e, acionando o Ministério Público para defendê-los quando fosse necessário.

Nos anos 90 a União das Nações Indígenas se enfraqueceu, e deixou de operar pois havia um fortalecimento das organizações de âmbito local e regional. A própria Constituição de 1988 valorizou o poder político das aldeias, indicando a necessidade de consulta às comunidades para o desenvolvimento de projetos de exploração mineral. Assim, na década 90, surgiram organizações regionais como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), dentre outras que foram criadas nas diversas regiões do país.

### **3. ANOS DE DEMOCRACIA: Os índios começam a ser vistos através de um novo prisma nos livros didáticos.**

Uma série de fatores (como a mudança política ocorrida no país, a criação das entidades indígenas, lideranças ativas, a aliança com a igreja, etc.) irão explicar o aparecimento dos índios como personagens no cenário político nacional, logo após à década de 80. Isto já vinha ocorrendo desde o final dos anos 70 quando eles passaram a se organizar, inicialmente através da União das Nações Indígenas (UNI) e posteriormente através das entidades locais e regionais, e, para exigirem seus direitos. Foram apoiados pela ala progressista da igreja católica, que através do Conselho Indigenista Missionário, que passou a denunciar os desmandos que estavam ocorrendo, principalmente com os povos indígenas da Região amazônica, última área que ainda não tinha sido “requisitada” pelo capital internacional.

#### **3.1 - Conjuntura econômica e política, da Nova Republica.**

No final da década de 70, o regime militar mostrava sinais de cansaço diante do crescente descontentamento popular e com a crise econômica, pois o efeito do milagre tinha passado e os investimentos estrangeiros tinham praticamente desaparecido. As entidades de defesa dos direitos humanos e de líderes político faziam pressão para que o país voltasse a “democracia”. Todos estes movimentos tiveram como consequência o abrandamento da censura com relação a imprensa, permitindo relativa liberdade de informação e a revogação do Ato Institucional Nº 5, no final do mandato do presidente Ernesto Geisel, em 1978.

Em 1979, o presidente Figueiredo assume o comando do país, propondo diminuir os gastos públicos, desestatizar a economia e ampliar a abertura política. A situação econômica no início da década de 80, no país era cada vez mais crítica, pois a crise se agravava, e, a inflação desvalorizava cada vez mais os salários dos trabalhadores. A dívida externa atingiu valores acima dos 100 bilhões de dólares, e os altos índices de desempregados que atingiu a população economicamente ativa neste momento, agravou ainda mais a situação do país.

No plano político, Figueiredo cumpre a promessa de campanha e concede anistia geral e os presos políticos são libertados e os exilados retornam ao país. A luta pela redemocratização continua e toma vulto através do movimento sindical que no início dos anos 80 se fortalece e deflagram uma série de greves gerais. Logo depois as exigências dos trabalhadores se transformam de melhores salários, e, tomam feições políticas, que tem como consequências, uma participação maciça na campanha dos movimentos das diretas já. Este movimento por eleições diretas para presidente da república, concentrou momentaneamente às esperanças de

quase toda a população brasileira. Ele se apresentou como o primeiro passo para a solução dos inúmeros problemas que afligiam a nação.

Com a Nova República, a direção do país passou para os civis, que neste período de transição consolidam a democracia no país e tentam a retomada do crescimento econômico e social, fato que nunca aconteceu na prática, pois os novos mandatários camuflados pela avalanche democrática que tomava conta do país, na realidade faziam parte da elite conservadora. Prova disso foi o Plano Cruzado em 1986, adotado pelo presidente Sarney, que extinguiu o fim do cruzeiro e a criação de uma nova moeda, o cruzado. Este plano cruzado congelava preços e salários, produzia modificações nos mais diversos setores da economia e da vida social do país. Apesar das diversas medidas adotadas por Sarney, não foi possível conter a inflação, por causa do boicote e da sonegação promovida pelos “grandes interesses econômicos” que neste momento estavam sendo prejudicados.

Em 1988 é aprovada uma nova constituição que na nossa concepção representou para o país o fim de uma transição política iniciada com os governos militares. O país passava a contar agora com instrumento legais democráticos, fundamentais para o enfrentamento dos grandes problemas sociais, como por exemplo, a questão indígena. A Constituição modificou de forma substancial a filosofia e a postura, até então adotadas, em relação aos índios e aos seus direitos. A Lei Maior do Brasil reconhece os índios como povos culturalmente diferenciados com sua especificidade cultural e o seu direito à preservação dos hábitos e diferenças, que os caracterizam; substitui a concepção da integração dessas Comunidades à sociedade nacional.

### **3.2 - Era Collor e FHC**

A década de 90 tem início com a assunção de Fernando Collor, na presidência da república, e a sua primeira medida é substituir a moeda e bloquear todas as contas correntes e depósitos em caderneta de poupança com valores superiores a 50 mil cruzeiros. Esse bloqueio atingiu todas as classes sociais, mais foi particularmente penoso para os mais pobres, que da noite para o dia se viram sem suas economias, acumuladas durante toda uma vida.

O país continuava o mesmo aspecto de regime militar, com o presidente fazendo exibição e governando por decreto e por medida provisória, em pleno regime democrático.

Os escândalos de corrupção envolvendo o pessoal de primeiro escalão, conjuntamente com o desemprego, recessão e inflação fizeram com que os “grandes interesses econômicos” aliados aos “meios de comunicação” colocassem em cena os “caras-pintadas”, massa de manobra de classe média, criada principalmente pela rede global, a qual foi às ruas

pedir renúncia do presidente em 1992. Ele renuncia e assume o governo o vice-presidente Itamar Franco, que já vinha a muito tempo discordando da política governamental de presidente.

Na Era Fernando Henrique Cardoso, há uma retomada das privatizações que no governo Itamar Franco foram deixadas de lado. O Governo passou a vender todas as empresas estatais com argumentos de que não rendiam lucros, e às quais estavam todas operando com prejuízo.

Desse modo, o governo de Fernando Henrique Cardoso, vai retomando o crescimento econômico às custas do achatamento salarial dos servidores públicos, (que desde sua ascensão à presidência não mais tiveram aumento salarial) e que mesmo assim, são considerados o grande vilão que em tese irão fazer a inflação novamente aparecer. Esta é apenas uma das justificativas para não conceder aumento salarial aos servidores.

### **3.3 - O Projeto Calha Norte**

Em 1985, no início do governo Sarney, é criado o Projeto Calha Norte, desenvolvido e implantado sem divulgação. Ele traduziu a continuidade de uma visão e de um modelo de desenvolvimento e Segurança Nacional elaborado pelos altos escalões do governo federal.

Do Conselho de Segurança Nacional, partiam as orientações de não demarcar terra indígena em faixa de fronteira, em áreas consideradas demasiadamente extensas, em áreas próximas a cidades, em áreas cortadas por estradas federais e em áreas cortadas por rios. Essas orientações foram colocadas em prática pela Funai, sob a pressão direta da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Nesse sentido, destacaram os militares que se empenharam em convencer as lideranças indígenas sobre os benefícios de tal proposta.

Em 1986, o governo brasileiro iniciou na prática o plano de ocupação "sob o enfoque de desenvolvimento e segurança" de áreas do Estado do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá que, ao longo de 6.500 quilômetros, fazem fronteira com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa. O projeto atingiu principalmente a população indígena da região calculada em aproximadamente 50.000 índios.

Durante todo o ano de 87, os povos indígenas e seus aliados, principalmente o Conselho Indigenista Missionário e as Organizações Não Governamentais travaram uma difícil e incessante luta para impedir que ações de remoção dos índios da faixa de fronteira fossem consumadas. Desse modo, houve a recusa ao Projeto Calha Norte por parte dos povos indígenas e de setores da sociedade, que também não concordaram com este projeto por verem nele uma continuidade de outros anteriores, que findariam dizimando ainda mais estas populações. Este



Este fato não é problema, pois os índios não se opõem à atuação dos militares no cumprimento de seu dever, ou seja, de defender as fronteiras do território brasileiro contra uma possível entrada de guerrilheiros traficantes colombianos para o lado brasileiro e isto é um fato concreto que já aconteceu diversas vezes, assim, faz-se necessário um patrulhamento ostensivo da fronteira, o que não é fácil tendo em vista a grande extensão e a própria selva que em si, já é um obstáculo difícil que deverá ser transposto. Aliado a tudo isso, temos de levarmos em consideração as dificuldades de comunicações, logísticas, viárias e outras mais.

Percebemos que o grande problema para os povos indígenas que habitam às regiões de fronteira, são as conseqüências desse novo reativamento do projeto, pois nas entrelinhas ele prevê um desenvolvimento com integração nacional. Em síntese, ocorrerá destruição, morte, invasão de terras indígenas, que serão promovido pelas grandes mineradoras e madeireiras nacionais ou multinacionais interessadas nas riquezas do solo e subsolo das reservas indígenas.

Outro fator que devemos levar em consideração, é que os Ianomâmis (maior grupo indígena que ainda conserva seus costumes tradicionais), são nômades e ocupam uma região de fronteira entre o Brasil e a Venezuela há milhares de anos. Como ficará a situação deles com este projeto? O governo já reconheceu as terras ianomâmis porém ainda existe um perigo pairando no ar, por causa da grande quantidade de minérios existente nestas terras. A ganância humana não tem limites e por ela tudo é possível.

#### **3.4 - Os povos indígenas começam a ganhar espaço nos livros e mídia.**

Preconceito, discriminação, informações errôneas ou mal intencionadas são características registradas nos livros didáticos de décadas passadas. Atualmente ainda existe casos assim, porém são raros pois, autores e editores estão preocupados em assumir novas posturas frente a nova realidade que vem sendo abordada sobre a questão indígena. Uma postura que jamais veríamos na década de 70, agora é fato comum em muitos livros, por exemplo, contar a História do Brasil do ponto de vista dos vencidos, e não dos vencedores analisando o problema sob a ótica dos índios. Este texto foi extraído do livro "História e Reflexão", de GILBERTO COTRIM, que reproduz a fala de um índio sobre nossa história.

*"Antes dos portugueses chegarem, nos éramos muitos.  
Mas apesar de tanta luta, de tanto massacre, nós ainda somos  
206 povos.*

*Faz 500 anos que estamos lutando, nesse tempo poucos  
brancos entenderam nós. Poucos brancos entenderam que nós*

*temos direitos. O direito da nossa terra, da nossa língua, da nossa cultura, dos nossos costumes, do nosso governo.*"<sup>31</sup>

O interessante é saber que a sociedade está aceitando esta nova postura adotada (de repensar a História, perguntar aos índios o que eles tem a dizer sobre a "descoberta" do Brasil) pela grande maioria dos livros didáticos publicados hoje no país. Não apenas os setores ligados às populações indígenas, mas também outros segmentos sociais. É claro que ainda existem setores que reagem a esta idéia, que se prestam ao ridículo papel de disseminar aos quatro pontos cardeais do globo, que o Brasil foi descoberto em 1500, e que devemos agradecer a deus este fato admirável.

Sobre o tema diversidade cultural OMAR RIBEIRO THOMAZ, citando LEVI-STRAUSS, assim define:

*"A diversidade das culturas humanas é, de fato no presente, de fato e também de direito no passado, muito maior e mais rica do que tudo aquilo que delas pudermos chegar a conhecer"*<sup>32</sup>

Somente a partir do final da década de 80, os manuais didáticos dão os primeiros sinais de mudança com relação à maneira de ver os povos indígenas, os quais passam a ser inseridos em nossa realidade. Antes eles eram descritos no tempo passado, como se não mais existissem, apenas como um pequeno elemento formador da cultura brasileira. Os livros restringiam-se apenas em descrevê-los em seu passado, como por exemplo: *Os índios pintavam o corpo, usavam o fogo, teciam redes, pescavam*, etc. Tudo isto, faz parecer que eles apenas brincavam, eram ociosos. Será que não fazem mais nada disso? Agora os índios estão atuando e lutando para que seus valores sejam respeitados. Para isso, é essencial que a sociedade os veja como diferentes da cultura cristã e que é próprio da sua cultura andarem nus ou seminus, que vivem estreita harmonia com a natureza, apenas buscando o necessário para a sua sobrevivência, sem preocupações em produzir excedentes.

A violência cultural foi um dos fatores que mais contribuíram para desmoronamento dos costumes indígenas: COTRIM expõe a brutalidade que os europeus aplicaram aos índios:

*" O conquistador reservava para si direitos e*

<sup>31</sup> CIMI. História dos povos indígenas – 500 anos de luta no Brasil. Citado por COTRIM, Gilberto. História e reflexão. p.89

<sup>32</sup> LEVI-STRAUSS, Claude. Citado por THOMAZ, Omar Ribeiro. In: GRUPIONI, Luis. A Temática Indígena na Escola, p.428.

*privilégios; aos conquistados, impunham-se apenas deveres e obrigações. Os principais elementos que caracterizavam a cultura européia foram trazidos e impostos aos povos da América. Exemplos: o idioma, a religião, as leis, ....*<sup>33</sup>

Em parte, essa lenta mudança de comportamento se atribui ao texto constitucional de 1988, e, principalmente aos índios, que através de suas entidades representativas passaram a lutar de forma organizada.

Davi Ianomâmi, um dos líderes Ianomâmis do Estado de Roraima, faz uma denúncia sobre a invasão das terras de seu povo por garimpeiros, fato que ainda hoje acontece no país. Esta denúncia foi publicada na Folha de São Paulo, em 05 de Maio de 1990, e COTRIM, transcreveu para o seu livro:

*"Eu sou ianomâmi. Nos ianomâmis pensamos que o homem branco era bom para nós. Agora estou vendo que é a última invasão da terra indígena, as outras já estão invadidas. Chegaram para tomar a nossa terra. Estão tomando.*

*A mesma coisa lá fora com nossos irmãos (...) somos os brasileiros mais antigos, que nos chamamos ianomâmi".*<sup>34</sup>

Este relato do jornal demonstra que existe um interesse por parte dos meios de comunicação em divulgar alguns dos problemas enfrentados pelos índios.

A morte de Galdino, índio Pataxós, queimado vivo em Brasília, por quatro jovens de classe média, chocou a opinião pública brasileira. Ele tinha ido a capital da república apenas para reivindicar a demarcação de suas terras, que foram invadidas no Sul Bahia. Este fato ocorrido na véspera do "descobrimento" foi publicado na Folha de São Paulo, no dia 23 de abril de 1997, e transcrito para o livro de História dos PILETTI:

*"Os Pataxós reivindicam a 15 anos na Justiça uma área de 36 mil hectares, demarcadas em 1926, pelo antigo Ministério da Guerra. Hoje, os 1.723 índios ocupam uma área de 1.072 hectares."*<sup>35</sup>

<sup>33</sup> COTRIM, Gilberto. História e reflexão. p. 88.

<sup>34</sup> Folha de São Paulo, 05 maio 1990. citado por PILETTI, NELSON ; PILETTI, CLAUDINO. História & Vida Integrada. São Paulo, v. 2, p.89.

<sup>35</sup> FRANCISCO, Luis. Folha de São Paulo, edição de 23 maio. Citado por PILETTI, Nelson ; PILETTI, Claudino. História e vida integrada. p. 94.

Este é apenas um dos fatos dos quais tomamos conhecimento, pois existem milhares que estão aguardando solução da Justiça. Justiça que muitas vezes se omite em reconhecer os direitos dos índios, como também em punir os culpados por atrocidades.

Um dos assuntos relativos à questão indígena, mais discutidos e sobre os quais carece maior reflexão, é a questão das terras indígenas, que ainda hoje continuam sendo invadidas:

*"Antes dos brancos chegarem tinha muito mais nações de índios do que hoje. (...). Cada povo vivia como era o costume dele. Cada Nação. Cada Nação sabia onde até era sua terra. Ninguém precisava fazer demarcação. A terra não era de um dono só. A terra era de toda comunidade. PARA NÓS A TERRA É NOSSA VIDA"*<sup>36</sup>

Esta citação foi extraída de um livro publicado pelo Conselho Indigenista Missionário, e mostra que um dos maiores problemas com o qual os índios são obrigados a conviver, é o problema da terra. Essa questão poderia ser resolvida se houvesse um maior empenho parte dos nossos governantes e da justiça em resolver estas questões. Porém, não é isto que ocorre, pois existem processos pendentes na justiça a mais de 70 anos, e como maior exemplo, temos o descaso das autoridades com relação às terras dos Pataxós, que habitam o Sul da Bahia.

---

<sup>36</sup> CIMI. História dos povos indígenas – 500 anos de luta no Brasil. P. 135 Citado. por MARQUES, Adhemar et al. Belo Horizonte., p.135

## REFLEXÕES FINAIS

Com este trabalho conseguimos entender como a conjuntura política de um país pode influenciar na formação da imagem coletiva sobre determinado objeto. O período colonial foi dominado pelo ensino religioso, e a mentalidade que nos é transmitida é a figura de um índio cordial e amigo dos portugueses, o qual é incorporado ao projeto colonial metropolitano através da ação dos missionários jesuítas. Logo depois, quando existe a necessidade de mão de obra é preciso rever esta situação. Então eles se tornam inimigos dos portugueses, dificultaram ao máximo a colonização, por isso precisam ser eliminados. Só tem um detalhe importante, que os livros não informam: é que o fato, das invasões nas terras indígenas terem como consequência à escassez de alimentos e que os civilizados muitas das vezes traziam doenças justamente com o propósito de exterminar o maior número possível de índios e que tudo isto tinha como consequência à desestruturação da vida tribal.

A tarefa a que nos propomos foi estudar alguns livros didáticos publicados entre 1967/1997 para demonstrarmos como foi elaborada a representação do índio neste período: num primeiro momento (década de 60 e 70) podemos afirmar que eles foram pautados principalmente por um juízo preconcebido, com informações genéricas e errôneas, passando uma imagem do índio brasileiro semelhante a um apache norte-americano. Provavelmente por medo de perderem o espaço para os índios, ou devido ao período político em que vivíamos não conseguimos encontrar publicações condizentes com a realidade indígena. Os materiais didáticos elaboravam apenas uma descrição de forma genérica dos índios, não levando em consideração as grandes diferenças que existem os mesmos.

Nesta conjuntura, a grande novidade será o surgimento de um movimento indígena no final dos anos 70, até meados dos anos 80. Consideramos este um período de transição, no qual começará a surgir várias alianças entre as entidades indígenas e setores organizados da sociedade, onde o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) iniciará uma nova política indigenista não-estatal em defesa dos direitos dos índios, os quais estão sofrendo as consequências do modelo desenvolvimentista implantado na Amazônia, como por exemplo, a transamazônica e os grandes projetos agro-minerais que findam expulsando as populações indígenas de seus locais de origens.

Com os novos rumos políticos que o país assume em meados da década de 80 e aliada a Constituição de 1988, determinam mudanças substanciais na vida das populações indígenas, a ponto de fazer com que o governo federal através da FUNAI, mude a política adotada até então, como, por exemplo, implantando programas de saúde e de educação adequados aos índios, etc. Esta atitude demonstra que até certo ponto, o governo federal está

empenhado em resolver problemas indígenas como, por exemplo, a demarcação das terras indígenas e também na preservação de sua cultura.

Desse modo, os anos 90, abriram-se novas perspectivas de atuação e articulação dos índios no país, pois tornou possível o surgimento e multiplicação das organizações indígenas locais e regionais em todo o território nacional. Isto irá permitir que surja uma nova mentalidade acerca dos índios, que temos que respeitar os seus valores e suas tradições. Esta consciência renovada da importância de ser índio será um reflexo desta nova Era, na qual são os próprios índios, que assumem a liderança na luta por seus direitos, que a partir de agora passam a serem mais bem visualizados. Como resultado, temos um índio que luta para conquistar seu lugar na sociedade brasileiro, ser reconhecido com um cidadão.

Não queremos com estas afirmações dizer que os problemas indígenas estão solucionados, muito pelo contrário, eles apenas ganharam as primeiras batalhas, pois os problemas maiores residem quando no conflito das questões indígenas estiverem envolvidos grandes interesses de multinacionais. O polêmico Projeto Calha Norte, poderá ser reativado com certeza no próximo ano, tendo em vista o Plano Colômbia (aliança EUA e governo colombiano no combate as Forças Armadas Colombianas e ao narcotráfico), evitando assim, possíveis fugas por parte de traficantes e dos "guerrilheiros" para o território brasileiro. A implantação militar certamente não trará prejuízos aos índios, pois se resume a instalação de novos destacamentos de fronteiras para o patrulhamento e vigilância da área. Mas, até que ponto realmente, o Projeto Calha Norte, será benéfico para as os ianomâmis, que vivem no norte do país, uma região rica em minerais e, cobiçada por muitas grandes empresas. Somente o tempo dirá quando forem incrementados os projetos de desenvolvimentos previstos para a região Amazônica.

**BIBLIOGRAFIA E FONTES;**

- AMADO**, Janaína; **FIGUEIREDO**, Luiz Carlos. Colombo e a América. In: **TELECURSO 2000. História do Brasil: 2º Grau.** São Paulo: Fundação Roberto Marinho., Globo, 1996.
- ARNOLD**, Expedito. Os índios da Amazônia e a legislação pombalina. **Boletim de pesquisa da CEDEAM.** v.3, nº 04, Jan/Dez. 1984.
- BRASIL.** **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Brasília: MEC, 1989.
- CAMARGO**, Enjolras José de Castro. **Estudos de problemas brasileiros.** São Paulo: Atlas. 1977.
- COTRIM**, Gilberto. **História e reflexão: 1º grau.** São Paulo: Saraiva, 4 ed., vol 2, 1996.
- CUNHA**, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. In: **GRUPIONI**, Luis. **A Temática indígena na escola.** São Paulo: MEC/MARI/UNESCO. 1994.
- CUNHA**, Manuela Carneiro da (Org.). **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889.** São Paulo: Edusp/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- CUNHA e SOUZA**, Marcos. Soldados da Companhia das Índias Ocidentais. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro: Bibliex, v 135, 2º trim. 1998.
- DIEGUES JÚNIOR**, Manoel. **Etnias e culturas no Brasil.** Brasília: Civilização Brasileira/MEC, 5ª ed., 1976.
- FREITAS**, Edinaldo Bezerra de. Expansão da pecuária nordestina e os grupos indígenas. **Nordeste Indígena**, Recife, nº 2, jan, 1991.
- GOMES**, Mércio Pereira. **Os Índios e o Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1988.
- MARQUES**, Adhemar et al. **História & companhia: 1º grau.** Belo Horizonte: Lê, v.2, 1998.
- MELATTI**, Júlio César. **Índios do Brasil.** São Paulo: Hucitec, 48ª ed., 1983.
- MONTEIRO**, Jonh Manuel. **Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994. cap 1.



ANEXOS:

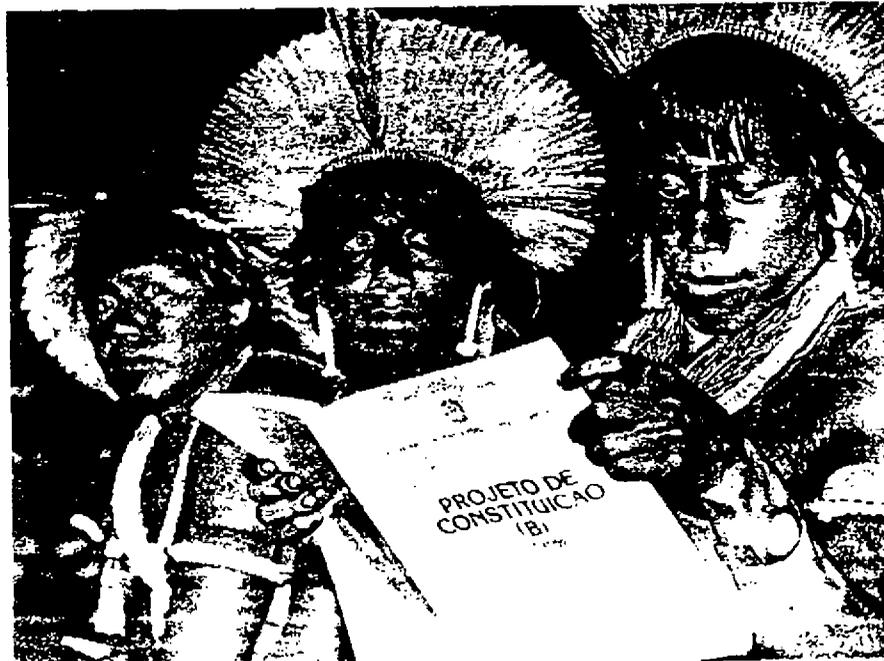


## Anexo nº 1

Capa de um livro de História do Brasil, do ano de 1977.

A capa demonstra como era transmitida a imagem do índio aos estudantes durante este período político.

Foto Guilherme Rangel/ADIRP



Índio Kayapó lê um dos projetos de Constituição elaborado pelos parlamentares constituintes.

Anexo nº 02

Foto Marco Aurélio Martins/Anat-Ba



Vários grupos indígenas considerados desaparecidos no passado têm ressurgido e estão reivindicando suas identidades indígenas. Sr. Mané Bento Kapinawá.

### Anexo nº 3

A foto mostra como a conjuntura política atual está incentivando para que muitos grupos indígenas considerados desaparecidos estão reivindicuem sua etnia.

Fonte: MEC/MARI/UNESCO